



**ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA FAZENDA
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS**

RESOLUÇÃO Nº 666 /2001

2ª CÂMARA DE JULGAMENTO

SESSÃO DE: 19/12/2001

PROCESSO Nº 1/972/98 AUTO DE INFRAÇÃO Nº 1/9800310

RECORRENTE: OCAPANA S/A – COMÉRCIO E INDÚSTRIA

RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA

CONS. RELATOR: ANTONIO LUIZ DO NASCIMENTO NETO

EMENTA: ICMS – CRÉDITO INDEVIDO – É
indevido o creditamento do imposto destacado em nota fiscal inidônea. Ação fiscal Procedente. Decisão amparada no art. 49 da Lei 12.670/96. Recurso voluntário conhecido e desprovido. Recurso voluntário conhecido e desprovido. Decisão unânime e de acordo com o parecer da douta Procuradoria Geral do Estado.

RELATÓRIO:

O relato do auto de infração acusa a empresa acima nominada, de creditamento indevido de ICMS, proveniente de nota fiscal de entrada, cuja operação não representa ter havido qualquer entrada de mercadoria, serviços ou devoluções.

N

Foram anexados aos autos os documentos de fls. 03 a 14.

Tempestivamente, a autuada apresentou defesa – fls. 15 a 24.

O julgamento singular decidiu pela Procedência da ação fiscal.

Inconformada, a autuada apresentou recurso voluntária – fls. 63/69.

A Consultoria Tributária, por meio do parecer nº 577/2001, que foi referendado pela douta Procuradoria Geral do Estado, sugeriu a confirmação do julgamento singular.

É o relatório.

A handwritten signature in black ink, consisting of a large, stylized 'A' or 'K' shape, located in the bottom right corner of the page.

VOTO:

Pesa sobre a autuada a acusação de ter se creditado indevidamente de ICMS oriundo de nota fiscal de entrada, cuja operação não representa ter havido qualquer entrada de mercadoria, serviços ou devolução.

Em 1ª Instância o processo foi julgado Procedente.

A autuada recorreu, alegando, basicamente, a constitucionalidade do direito a compensação.

A questão analisada não comporta dúvidas. Os dispositivos legais que regem a matéria são bastante claros quando vedam o crédito fiscal oriundo de documentação fiscal inidônea.

No caso presente, o contribuinte emitiu nota fiscal de entrada, creditando-se indevidamente do ICMS, sem que houvesse a ocorrência do fato gerador.

Este procedimento, sem a devida comprovação da operação, bem como a correção monetária no período fiscalizado, contraria a legislação tributária vigente, ficando a autuada sujeita a penalidade prevista pelo art. 123, II, "a" da Lei 12.670/96.

Isto posto e por restar provado o acerto da autuação, voto para que se conheça do recurso voluntário, para negar-lhe provimento e confirmar a decisão condenatória de 1ª Instância, nos termos do parecer da consultoria tributária, referendado pela douta Procuradoria Geral do Estado.

É o voto.



DECISÃO:

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos em que é recorrente OCAPANA S/A COMÉRCIO E INDÚSTRIA e recorrido CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA,

Resolvem os membros da 2ª Câmara do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, conhecer do recurso voluntário, negar-lhe provimento para confirmar a decisão CONDENATÓRIA exarada em 1ª Instância, de acordo com o parecer da douta Procuradoria Geral do Estado.

SALA DAS SESSÕES DA 2ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS, em Fortaleza, aos 20 de dezembro de 2.001.

M Nabor Barbosa Meira
PRESIDENTE

Francisco José de Oliveira Silva
CONSELHEIRO

Antonio Luiz de Nascimento Neto
RELATOR

João Mirtônio Colares de Melo
CONSELHEIRO

Benoni Viêra da Silva
CONSELHEIRO

José Maria Vieira Mota
CONSELHEIRO

Fernando Aírton Lopes Barrocas
CONSELHEIRO

Eliane Maria de Souza Matias
CONSELHEIRA

Francisco das Chagas A. Albuquerque
CONSELHEIRO

Ubiratan Ferreira de Andrade
PROCURADOR DO ESTADO